

A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO INFANTIL NO DESENVOLVIMENTO DA PRIMEIRA INFÂNCIA

Ana Clara Araujo Soares¹

Josiane do Nascimento da Silva Vieira²

¹Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação e Ciências Integradas de Crateús, Ceará, Brasil, araujo.soares@aluno.uece.br

²Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação e Ciências Integradas de Crateús, Ceará, Brasil, josiane.vieira@uece.br

Introdução

A primeira infância é uma fase fundamental para o desenvolvimento infantil, tendo em vista que o aprendizado começa desde os primeiros anos de vida. Como destaca Lev Vygotsky (1991), “o aprendizado da criança começa muito antes de sua entrada na escola”, mostrando a importância das interações e dos estímulos nesse período. Nesse sentido, entende-se que o desenvolvimento da criança ocorre por meio das relações que ela estabelece com as pessoas ao seu redor e com o ambiente em que vive.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a criança é um sujeito de direitos que aprende e se desenvolve por meio das interações e das brincadeiras, sendo esses elementos fundamentais para a construção do conhecimento na educação infantil (BRASIL, 2018). A BNCC também destaca que as crianças têm direito a conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se, experiências que contribuem diretamente para o seu desenvolvimento integral.

Além disso, o desenvolvimento infantil envolve diferentes dimensões, como a cognitiva, social, emocional e motora. Segundo Jean Piaget (1978), a criança constrói o conhecimento a partir das experiências que vivencia e da interação com o meio, sendo o desenvolvimento resultado de um processo contínuo de descobertas e aprendizagens.

Nesse contexto, também é importante considerar que muitas famílias vivem em situação de vulnerabilidade social, condição caracterizada pela dificuldade de acesso a recursos básicos, como educação, renda e oportunidades sociais. Essa realidade pode impactar diretamente o desenvolvimento das crianças, tornando ainda mais necessária a presença de políticas públicas que apoiem as famílias nesse processo.

Para que a criança possa se desenvolver de forma adequada, é importante que existam condições de vida digna e que as famílias estejam motivadas e sejam capazes de proporcionar experiências que promovam o desenvolvimento infantil. Nesse contexto, surge o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil (PADIN), criado pela Secretaria da Educação do Estado do Ceará, por meio da Coordenadoria de Cooperação com os Municípios. O PADIN foi criado com o intuito de dar suporte às famílias que não têm acesso aos Centros de Educação Infantil e que, muitas vezes, enfrentam dificuldades para participar ativamente do processo de desenvolvimento de suas crianças dos 0 aos 4 anos de idade.

Diante disso, este trabalho tem como objetivo analisar a importância do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil para o desenvolvimento integral da criança. O programa busca orientar as famílias e estimular práticas de cuidado e interação na primeira infância, contribuindo para o fortalecimento do desenvolvimento infantil.

Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e documental, conforme os pressupostos de Toledo e Gonzaga (2011). Fundamenta-se também em Gil (2010), que destaca que esse tipo de abordagem busca responder a questões específicas no campo das ciências sociais, trabalhando com aspectos da realidade que não podem ser quantificados. Foram utilizados materiais institucionais do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil (PADIN), bem como produções teóricas sobre desenvolvimento infantil, com o intuito de compreender a contribuição do programa na primeira infância.

Resultados e Discussão

O reconhecimento da educação como um direito fundamental à promoção da dignidade humana foi consolidado em importantes declarações internacionais promovidas pela UNESCO, como as de Jomtien (1990), Dakar (2000) e Incheon (2015). Esses marcos reforçaram o compromisso dos países em garantir o acesso à educação para toda a população, incentivando a formulação e implementação de políticas públicas voltadas à efetivação desse direito. Nesse contexto, muitas nações passaram a incorporar, em seus ordenamentos jurídicos, a educação como prioridade. No Brasil, esse compromisso é evidenciado na Constituição Federal de 1988, que estabelece, em seu Art. 227, o dever do Estado e da família de assegurar à criança e ao adolescente o direito à educação, conferindo a essa população o status de prioridade absoluta. Nesse cenário, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil insere-se como uma estratégia de efetivação desse direito, ao propiciar oportunidades que favorecem o desenvolvimento integral da criança, por meio do apoio e da orientação às famílias quanto à educação e ao cuidado. Tal proposta busca fortalecer as relações entre cuidadores e crianças, contribuindo para a formação de sujeitos ativos, criativos e autônomos, sendo operacionalizada, sobretudo, por meio de visitas domiciliares realizadas pelos Agentes de Desenvolvimento Infantil (ADI) às famílias.

Nessas visitas, o ADI observa o contexto familiar em que a criança está inserida, os modos de brincar e as interações da criança, além de propor atividades que podem ser realizadas no cotidiano familiar. Essas atividades são planejadas considerando as vivências socioculturais das comunidades, o que permite que os pais realizem experiências significativas com seus filhos. Essas práticas são relevantes, pois permitem que os cuidadores compreendam melhor as necessidades da criança e ampliem suas formas de cuidado e estímulo ao desenvolvimento infantil (Ceará, 2016).

Segundo Lev Vygotsky (1991), o desenvolvimento da criança ocorre a partir das interações sociais e da mediação realizada por adultos e por outras crianças, sendo essas relações fundamentais para a construção do conhecimento.

Nesse sentido, o papel da família torna-se essencial, especialmente nos primeiros anos de vida. Para Jean Piaget (1978), a criança aprende a interagir com o ambiente e a explorar o mundo ao seu redor, construindo conhecimentos por meio das experiências vividas.

Além disso, a educação também envolve processos de diálogo e participação. De acordo com Paulo Freire (1996), o processo educativo acontece por meio das relações e das trocas entre as pessoas, sendo o diálogo um elemento fundamental para a construção do conhecimento.

A partir dessas ações, nota-se que o programa contribui significativamente para o fortalecimento dos vínculos familiares, aspecto essencial para o desenvolvimento infantil. Ao orientar os cuidadores, o PADIN favorece a construção de um ambiente mais estimulante, no qual a criança pode explorar, brincar e aprender de forma significativa.

O desenvolvimento infantil está diretamente relacionado às interações sociais e aos estímulos oferecidos no ambiente em que a criança está inserida. Nesse sentido, as ações desenvolvidas pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil tornam-se fundamentais, uma vez que promovem orientações aos cuidadores e incentivam práticas que favorecem a interação e o estímulo adequado às crianças.

Dessa forma, o programa contribui para a ampliação das experiências de aprendizagem, fortalecendo o desenvolvimento cognitivo, emocional e social desde os primeiros anos de vida, em consonância com a BNCC, que assegura, na Educação Infantil, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Além disso, a BNCC (Brasil, 2018) destaca que as interações e as brincadeiras constituem os eixos estruturantes dessa etapa, sendo fundamentais para que a criança construa conhecimentos, desenvolva sua autonomia e se aproprie de diferentes formas de linguagem de maneira significativa.

Além disso, ao considerar as realidades das famílias em situação de vulnerabilidade social, o programa também atua como uma estratégia de apoio e fortalecimento familiar. Ao orientar pais, mães e demais cuidadores, o PADIN contribui para que esses sujeitos reconheçam seu papel no processo educativo das crianças e desenvolvam práticas que favoreçam o cuidado e a aprendizagem no cotidiano (Ceará, 2016).

Para Silva, Barros e Haiashida (2022), a vulnerabilidade social é um conceito multidimensional que diz respeito às condições de fragilidade em que indivíduos ou grupos se encontram, tornando-os mais expostos a riscos e a processos de desagregação social. Está associada aos efeitos de situações de exclusão, discriminação ou enfraquecimento social, provocadas por diversos fatores que impactam negativamente suas condições de vida.

Dessa forma, percebe-se que o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil se configura como uma importante política pública voltada à promoção do desenvolvimento infantil, especialmente em municípios que apresentam maior percentual de famílias em condição de pobreza e vulnerabilidade social. Ao colocar a família no centro das ações, privilegiando pais, mães e demais cuidadores, o PADIN reconhece o papel fundamental desses sujeitos no desenvolvimento da criança.

Conclusão

Diante do exposto, conclui-se que o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil tem um papel importante no desenvolvimento infantil, principalmente ao apoiar famílias em situação de vulnerabilidade social. Ao orientar pais, mães e cuidadores, o programa contribui para melhorar os cuidados e os estímulos oferecidos às crianças na primeira infância.

Além disso, ao promover interações, brincadeiras e orientações às famílias, o PADIN fortalece o ambiente familiar como espaço de aprendizagem e desenvolvimento da criança. Dessa forma, o programa se apresenta como uma política pública relevante para ampliar as oportunidades de desenvolvimento infantil, especialmente em contextos sociais mais vulneráveis.

Concluimos destacando a importância de fortalecer e ampliar as ações do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil, por meio da formação contínua dos Agentes de Desenvolvimento Infantil, do acompanhamento das famílias e da articulação com outras políticas públicas, como educação, saúde e assistência social. Também é importante ampliar o alcance do programa para mais municípios e incentivar a participação das famílias nas atividades propostas. Essas ações podem contribuir para melhorar os resultados do programa, tornando-o ainda mais eficaz na promoção do desenvolvimento infantil, especialmente em contextos de vulnerabilidade social.

Palavras-chave: Desenvolvimento infantil; Primeira infância; Políticas públicas; Vulnerabilidade social; Mediação pedagógica.

Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.
- CEARÁ. Secretaria da Educação. **Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil – PADIN: módulos didáticos pedagógicos**. Ceará: SEDUC, 2016.
- CEARÁ. Secretaria da Educação. Módulo 02: Atividades do programa. **Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil (PADIN)**. Ceará: SEDUC, 2016.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- SILVA, Josiane do Nascimento da; BARROS, Francisco Jairo de Oliveira; HAIASHIDA, Keila Andrade. HISTÓRIA DE VIDA: UMA ESTRATÉGIA METODOLÓGICA PARA JOVENS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE. **Revista Educação & Ensino - ISSN 2594-4444**, v. 5, n. 2, 17 fev. 2022.
- TOLEDO, C. de A. A. de; GONZAGA, M. T. C. (Orgs.) **Metodologia e técnicas de pesquisa: nas áreas de Ciências Humanas**. Maringá: Eduem, 2011.
- VYGOTSKY, Lev. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.